

CENÁRIOS BRASIL 2020(*)

Os “Cenários Exploratórios do Brasil 2020”, aqui resumidos, são hipotéticos e visam a subsidiar amplo debate que possibilite a subsequente elaboração de um cenário desejado pela sociedade do País.

Elaborados a partir de análise da capacidade de influência e hierarquização de variáveis centrais, selecionadas por especialistas como indicadoras das principais tendências endógenas e exógenas, os três cenários estabelecem contextos possíveis considerando: “Paradigmas Políticos/ Nova Ordem Internacional”; “Globalização da Produção”; “Regulamentação do Comércio Mundial”; “Governança e Governabilidade”; “Grau de Estabilidade Econômica”; “Investimento Produtivo Privado”; “Investimentos e Gastos Governamentais”; “Capacidade Competitiva, Setor Produtivo e Abertura da Economia”; “Ritmo de Crescimento da Economia”; “Mercado de Trabalho e Emprego”; “Mercado Interno”; “Distribuição Espacial da Produção”; e “Gestão e Manejo de Recursos Naturais”.

Neste sentido, esses cenários contemplam situações diferenciadas face a diferentes políticas governamentais, ou até à ausência delas, desdobradas em seguida à cena de partida, comum a todos.

Os cenários são instrumentos úteis para apontar panoramas, ajudando a identificar quando e quais medidas corretivas ou de fomento devem ser tomadas. A utilidade deste trabalho está em esboçar perspectivas distintas, cotejar cenários prováveis com um cenário desejado, estimular o debate e mobilizar as forças políticas e sociais em torno de um projeto nacional de desenvolvimento de longo prazo que permita cobrir a distância do que somos para o que queremos ser. As situações descritas não pretendem ser previsões do futuro, mas marcos de referência para uma agenda de reflexão coletiva sobre o futuro do País.

CENA DE PARTIDA

Sinopse dos principais indicadores em 1996

- País em processo de reformas rumo à modernização
- Taxa média de crescimento anual da economia (1993-96) = 4,4%
- PIB = US\$ 750 bilhões(*)
- Renda Per Capita = US\$ 4.780
- Taxa de Investimento = 17,5%
- Concentração de renda relativamente elevada;
- Recursos públicos federais escassos; limitada capacidade de investimento; finanças públicas estaduais e municipais desorganizadas;
- Ênfase nos processos de concessão/privatização;
- Integração sul-americana em acelerado desenvolvimento, com destaque

para o MERCOSUL;

- Inserção comercial internacional apoiada em produtos primários e semi-industrializados;
- Total do comércio exterior = US\$ 100 bilhões
- Investimentos privados predominantemente voltados para a reorganização produtiva;
- Persistência de problemas sociais e regionais;
- Pobreza = 19% da população
- Desemprego = 5,6% da PEA
- Concentração espacial da produção na região Sudeste; Crescimento das regiões Sul e Centro-Oeste
- Conscientização e avanço de iniciativas na área ambiental;

(RENDA PER CAPITA PRÓXIMA À DA RÚSSIA DE HOJE)

(*) VALORES EM US\$ DE 1995

A Cena de Partida inicia se por volta de 1996 estendendo-se até o final da década de 90, período de configuração das mudanças estruturais propiciadas pela estabilização econômica — inflexão favorável nos indicadores sociais, aumento do rendimento real médio dos brasileiros, sobretudo para os 10% mais pobres da população, crescimento médio do PIB de 4,7% ao ano atingindo US\$ 750 bilhões em 1996, investimento estrangeiro da ordem de US\$ 10 bilhões por ano impulsionando a produção industrial.

Avança a integração regional na América Latina, com interligações energéticas, de transportes e de telecomunicações. A adesão de outros países sul-americanos ao MERCOSUL, fortalece-o como potente instrumento de integração rumo a uma área de livre comércio sul-americana, e à própria ALCA. O incremento do comércio global permite que importações e exportações atinjam a marca dos US\$ 100 bilhões.

Muda o papel do Estado na economia, com o fortalecimento de sua função reguladora, investindo primordialmente em áreas estratégico-sociais — educação, qualificação e requalificação profissional; saúde; habitação; infra-estrutura básica; programas de geração de emprego, de assentamento de famílias, de financiamento a pequenos produtores rurais e de crédito para fomento de pequenos negócios nas localidades mais pobres do País.

Na área fiscal, ocorrem mudanças no financiamento do gasto público, melhorando sua gestão e modernizando os sistemas de arrecadação. Inicia-se o investimento, em larga escala, de capitais privados em infra-estrutura, com a privatização e a concessão dos serviços públicos, assim como na ampliação da competitividade do parque produtivo do País.

No setor de transportes, a privatização da malha ferroviária federal, o arrendamento de áreas e terminais portuários e a execução privada dos serviços de manutenção dos eixos rodoviários geram novos investimentos e possibilitam melhoria na oferta de serviços deste setor.

Nos sistemas de telecomunicações e de energia, a parceria com o setor

privado garante a expansão e a melhoria da qualidade. Agências públicas regulam os setores de energia elétrica, petróleo e gás natural.

A desconcentração de projetos nos setores agroindustrial e de infraestrutura ajuda a diminuir os desequilíbrios regionais. Um desses exemplos é o eixo do Rio Madeira, que atrai investimentos públicos e privados, tornando-se opção importante para o escoamento da produção da região oeste do Estado de Mato Grosso e de sua área de influência.

Alcança-se maior competitividade e integração — comercial e financeira — com a economia mundial, com aumento da produtividade e otimização dos custos de produção e de comercialização. Adequações na infraestrutura econômica reduzem o “custo Brasil” e atraem novos investimentos.

Ao final da década, concluem-se as negociações entre as forças políticas e sociais em torno das principais medidas constitucionais e infra-constitucionais necessárias a um novo patamar de desenvolvimento do País.

A - CENÁRIO ABATIAPÉ

Sinopse dos principais indicadores em 2020

- Potência Econômica Média, Sólida e Modernizada
- Taxa Média de Crescimento Anual da Economia (1996-2020) = 7,2%
- PIB = US\$ 3.960 bilhões
- Renda Per Capita = US\$ 20.100
- Taxa de Investimento = 25,5%
- Concentração de Renda ainda relativamente elevada
- Recursos Públicos Orientados prioritariamente para a Infra-estrutura Econômica
- Avançada Integração Econômica na América do Sul
- Modernização Tecnológica Elevada e Nichos de Competitividade
- Total do Comércio Exterior = US\$ 850 bilhões
- Estrutura Produtiva Diversificada
- Persistência de Problemas Sociais e Regionais
- Pobreza = 7% da população
- Desemprego = 6,5% da PEA
- Concentração Espacial da Produção no Sudeste e Crescimento do Sul e Centro-Oeste
- Perdas Ambientais em Nível Médio

O Cenário Abatiapé parte da hipótese de manutenção e amadurecimento das condições de estabilidade política, econômica e social, com investimentos públicos priorizados à modernização da economia, o que possibilita ao País elevadas taxas de crescimento e maior inserção no comércio mundial. Essa realidade interna vincula-se a um contexto internacional que evolui, ao longo do tempo, de uma hegemonia militar-estratégica unipolar e de uma regulação comercial mundializada, para uma integração com multipolaridades variadas e uma liberalização sustentada

e equilibrada do comércio.

Em 2020, o Brasil é uma potência econômica sólida e moderna, com alta competitividade em nichos especializados de mercado e abertura seletiva ao comércio internacional. Permanecem problemas sociais e regionais, concentração de renda e concentração espacial da economia. Há, ainda, degradação ambiental, sobretudo de nível urbano, mas alcançam-se padrões aceitáveis de gestão e manejo conservacionistas, em particular na Amazônia.

A capacidade de governança e governabilidade está preservada. Sociedade e Governo relacionam-se através de canais efetivos de representação e de sustentação política.

Há uma nova postura de exercício da cidadania e é crescente a capacidade da sociedade e de seus membros de fazer valer seus direitos. Combate-se a violência urbana e tenta-se recompor o tecido social.

O quadro internacional mantém a continuidade político-estratégica do final do século XX. O país desenvolve-se com estabilidade. A reforma do Estado e a estabilidade econômica permitem a retomada dos investimentos públicos, priorizados para a infra-estrutura econômica e para a competitividade, com expressiva redução do “custo Brasil”. Ao mesmo tempo, os agentes econômicos retomam os investimentos, elevando sua participação no PIB de 21% para cerca de 25,5%, a partir de 2005. Na segunda década do próximo século, o investimento estatal é reorientado para aspectos sociais e de correção de disfuncionalidades regionais. Verifica-se descentralização político-administrativa do Estado, reforçando-se estados e municípios. A privatização e a concessão permitem a modernização e ampliação dos sistemas de transportes, de energia e de telecomunicações. A sociedade atua no controle da gestão pública e assume papéis, outrora do Estado, em várias áreas.

O acesso a novas tecnologias, até 2005, moderniza e diversifica a produção, em especial da indústria e do terciário moderno, com preocupação básica na agregação de valor aos bens e serviços. Após 2006, os avanços decorrentes da introdução e da difusão de novas tecnologias permitem ao Brasil competitividade em alguns nichos pari passu aos padrões mundiais, inclusive em áreas de alta tecnologia, beneficiando a indústria, a agropecuária e o agribusiness. Apesar disso, o intercâmbio mundial do País baseia-se em bens intermediários e de consumo duráveis. O chamado terciário moderno aumenta, em grande medida, sua participação no PIB enquanto a da agricultura é declinante.

O MERCOSUL, já em 2005, está consolidado e abrange toda a América do Sul rumo a um espaço integrado sul-americano, preparando-se para a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Ampliam-se as parcerias internacionais estratégicas, tanto regionais quanto extra-regionais.

A balança comercial, deficitária até fins da cena de partida, está equilibrada e o volume do comércio exterior é de 850 bilhões de dólares no ano 2020. Enquanto isso a abertura comercial, que era de 16,3% até 2005, eleva-se a 21,5% do PIB, em 2020.

A inflação anual em 2020 é muito baixa, estabilidade e taxas de inves-

timento aceleram o crescimento da economia. A taxa de crescimento do PIB é de 6,1% ao ano, até 2005, evoluindo para 7,8% no período 2006 a 2020; o mesmo ocorre com a renda per capita que, de US\$ 8.260 atinge US\$ 20.100. O PIB chega a US\$ 3.960 bilhões, enquanto o crescimento populacional é de 0,8% ao ano. O país situa-se entre as sete potências econômicas do globo.

A modernização tecnológica aumenta a produtividade do trabalho e reduz a geração de emprego. O nível de desemprego é de 6,5% da PEA em 2020, para 6% de desempregados em 2005. A informalidade das relações do trabalho, expressiva num primeiro momento, reduz-se com a desburocratização e o desoneramento tributário das micro e pequenas empresas. Serviços personalizados e atividades de lazer ganham espaço no mercado.

No setor energético, o investimento privado permite a retomada da expansão. A estrutura da matriz energética, que chega a 2005 com pequenas alterações, sofre mudanças a partir desta data, para suprir a demanda reprimida. Após 2006, o potencial hídrico de grande porte se esgota e a participação do gás natural, da biomassa e do carvão mineral amplia-se na geração térmica. Dobra-se a geração nuclear e programas no setor sucroalcooleiro permitem a utilização do bagaço de cana na geração elétrica.

Nas atividades aeroespaciais, até 2005, o país implementa um sistema de comunicações baseado em satélites de órbita equatorial, produz micros e pequenos satélites, participa de programas multinacionais de exploração planetária e compete com sucesso no mercado mundial de lançamentos espaciais. Em 2020, o país é competitivo em nichos específicos dessa indústria, contribuindo em caráter permanente na manutenção de grandes sistemas espaciais internacionais. O lançamento comercial de satélites torna-se expressiva fonte de divisas na balança comercial.

Implanta-se, na Amazônia, um sistema de telecomunicações e de segurança que garante o patrimônio econômico-ecológico, coíbe ações ilegais, ordena o tráfego aéreo e dá suporte ao sistema de transportes e de desenvolvimento da região e à atividade de assistência social e de apoio aos municípios. Recua o nível de degradação ambiental na região, com o aproveitamento sustentável da biodiversidade, como resultado do efeito combinado de tecnologias limpas e de políticas e sistemas de gestão e manejo ambiental.

Apesar dos investimentos em educação, desde finais da década de 90, persistem níveis de escolaridade e de qualificação para o trabalho que ainda não são suficientes ao padrão tecnológico. Contudo, aumentam os ritmos do progresso técnico e de produtividade, o que afeta a evolução do nível de emprego na economia, já que os novos postos de trabalho demandam mão-de-obra com alta capacitação técnica e flexibilidade para as inovações.

A distribuição de renda ainda é insatisfatória, e 7% da população vive em situação de pobreza. Os gastos públicos, porém, permitem melho-

ria nos indicadores de desenvolvimento humano, com a oferta de serviços de infra-estrutura social, especialmente em educação, saneamento e saúde.

O aumento da base produtiva com moderada geração de empregos, combinado com a estabilização do crescimento da PEA, fazem com que o Brasil apresente índice de pobreza declinante, mas ainda elevado: 13,8% em 2005, decaindo para 7,1% em 2020. Esse dado, associado à melhoria no nível de emprego permite a incorporação de novos contingentes ao mercado consumidor. A ampliação do mercado interno de forma segmentada e a geração de um mercado de massa com produção voltada para bens de consumo duráveis de maior conteúdo tecnológico, refletem as diferentes demandas decorrentes dos desníveis de renda.

O Brasil ainda apresenta desequilíbrios na estrutura produtiva, no nível de qualidade de vida e nos indicadores sociais das diferentes regiões. A expansão econômica é territorialmente concentrada, especialmente no Sul e Sudeste. Isso favorece o adensamento dos investimentos privados, que buscam as regiões com maior base de capital social e econômico. Políticas corretivas, iniciadas no fim da década de 90, procuram reverter esse quadro, que é amenizado até o ano 2020.

O Centro-Oeste melhora sua infra-estrutura de transporte, inclusive hidrovial, conectando-se aos principais portos nacionais, elevando sua participação na economia nacional, com ênfase no agronegócio e no turismo ecológico, com reflexos positivos sobre a região Pré-Amazônica. Na Região Nordeste, irrigação, energia, melhorias da malha viária, privatização de alguns portos e incremento da cabotagem consolidam o turismo interno e externo e expandem a agricultura irrigada no Semi-Árido, favorecendo a instalação de indústrias intensivas em mão-de-obra. Com a integração física e energética com os países vizinhos, através do MERCOSUL, o comércio regional é ampliado, o que dinamiza as regiões de fronteira e adjacências.

A taxa de urbanização eleva-se a cerca de 86%, em 2020, contra os 82% registrados em 2005. Há desconcentração metropolitana rumo a núcleos urbanos de porte médio integrados mesorregionalmente. É, porém, insatisfatória a qualidade de vida, por problemas urbanos ainda não equacionados, nas principais megalópoles e crítica na mega-conurbação “São Paulo — Via Dutra — Rio de Janeiro”. Nesse eixo, um moderno sistema ferroviário é implementado e descongestiona o eixo rodoviário.

A dinâmica econômica não atenua as desigualdades sócio-regionais nem os fluxos migratórios para regiões com melhores oportunidades. Esse é reduzido, a partir de 2006, por políticas e programas sociais de desenvolvimento de novos eixos econômicos, fundamentais para a fixação de populações em suas regiões de origem.

Em meio ambiente, até 2005, tecnologias menos impactantes e medidas de gestão e manejo não surtiram os efeitos esperados sobre a reestruturação do sistema produtivo, baseado mais em fatores quantitativos que qualitativos. É difícil o controle da poluição e a proteção mais eficiente da biodiversidade, em virtude da insuficiente

transferência de recursos financeiros e tecnológicos por parte dos países industrializados. A partir de 2006, o nível de degradação recua e novas tecnologias reduzem o desperdício de matérias-primas, permitindo economia e aproveitamento parcial de efluentes, introduzindo processos de reciclagem e de beneficiamento de dejetos. Consegue-se o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e ambientais em meio a um quadro internacional de escassez em potencial de alimentos e recursos hídricos.

No Cenário Baboré, o ritmo de crescimento da economia é moderado, mas acentuam-se as melhorias no perfil médio de distribuição de renda da população. O país volta-se mais para o mercado interno. Tentativas de ampliação do gasto público e privado, num quadro de crescimento econômico moderado, levam a um nível inflacionário maior do que a média regional e internacional. Ao mesmo tempo, o “custo Brasil” e recorrências internacionais de protecionismo determinam uma evolução mais lenta do comércio exterior, gerando a necessidade de recursos externos para a ampliação do nível de atividades.

B - CENÁRIO BABORÉ

Sinopse dos principais indicadores em 2020

- País Socialmente Menos Desequilibrado
- Taxa Média de Crescimento Anual da Economia (1996-2020) = 5,9 %
- PIB = US\$ 2.950 bilhões
- Renda Per Capita = US\$ 14.950 Taxa de Investimento = 22%
- Baixa Concentração de Renda
- Recursos Públicos Orientados Prioritariamente para a Infra-estrutura Social
- Integração Seletiva e Parcial ao Comércio Mundial
- Total do Comércio Exterior = US\$ 500 bilhões
- Diversificação Industrial Moderada
- Relativa Defasagem Tecnológica em Setores de Alta Competitividade Internacional
- Pobreza = 4% da população
- Desemprego = 5% da PEA
- Moderada Concentração Espacial da Produção
- Baixa Degradação Ambiental

O Brasil de 2020 apresenta-se socialmente menos desequilibrado (níveis de pobreza mais baixos e moderada concentração da renda nacional), com maior tributação sobre as camadas superiores de renda e consumo, propiciando melhor harmonia distributiva, sem, porém, ampliar significativamente os investimentos. O nível de preços relativos da economia eleva-se. A integração comercial com o resto do mundo é parcial e seletiva, com recorrências ocasionais de protecionismos. Alcança-se escala diversificada de produção e incrementa-se a renda per capita, conservando níveis médios de desemprego e subemprego, com significativa

melhoria nos principais indicadores sociais, além de desaceleração da degradação ambiental

Muda o padrão de governança e governabilidade do Estado, no início do novo século. O direcionamento governamental para metas sociais, com a concentração de recursos na infra-estrutura social e a transferência para o setor privado da responsabilidade do investimento produtivo dá-se em consequência de uma rearticulação do sistema político de sustentação do Governo.

Essa postura, aliada a um contexto internacional de coexistência de importantes blocos regionais de viés protecionista, conduz a uma dinamização do mercado interno, em particular no setor de bens de consumo de massa, mas leva a uma menor inserção internacional. O modelo tributário, reorganizado antes de 2005, e os pontos de estrangulamento no setor de infra-estrutura, retardam o declínio do “custo Brasil”, com persistência de ineficiências internas que provocam pressões inflacionárias recorrentes.

Na segurança pública, surgem parcerias entre o Estado e instituições da sociedade, que se co-responsabilizam por ações desse setor. A comunidade organizada passa a influenciar e controlar atividades de segurança pública, que apresentam níveis satisfatórios.

Os resultados das políticas redistributivas de renda, via tributação, implementadas até 2006, levam à consolidação da base de sustentação governamental. Em contrapartida, refletem-se negativamente nos investimentos privados, assim como na taxa de investimento da economia como um todo, que evoluem em ritmo positivo, porém lento, devido à redução da capacidade de acumulação e de novos empreendimentos do capital privado, nacional e internacional. Esse quadro é atenuado a partir de 2006, e alterações de rota permitem a solução dos principais problemas estruturais do País e removem as limitações de investimentos produtivos que restringiam o crescimento da economia.

São realizados ajustes parciais nas contas governamentais, iniciados antes de 2005. O Estado está bastante descentralizado, compartilhando com o setor privado a dinamização da infra-estrutura econômica e com organizações não-governamentais a promoção do desenvolvimento social. Transferem-se para as instâncias estaduais e municipais determinadas funções públicas. No mercado, verifica-se uma mobilização de capitais para atividades com grande dinamismo, decorrente das elevadas taxas de consumo de massa.

No plano internacional, o Brasil atua competitivamente em nichos específicos, particularmente no setor agrícola e agroindustrial, após melhorias da infra-estrutura econômica e da base científico-tecnológica. Os fluxos de capitais internacionais auxiliam a integração do país no comércio mundial. O nível de abertura da economia, de 15,5% do PIB em 2005, chega a 17,3% em 2020, menos de 1% do comércio mundial, em parte devido ao recrudescimento do protecionismo no mercado mundial iniciado anos antes, decorrente da perda de ritmo das economias mais maduras, e também à priorização dos mercados interno e intra-regional — reflexo da conjuntura global.

O avanço de iniciativas de matiz protecionista entre blocos mais desenvolvidos não chega a pôr em risco a consolidação do MERCOSUL, que tem presença

política ativa no cenário mundial a partir de 2006 e surge como alternativa à globalização irrestrita, em reforço à atuação pública e privada na inserção mundial do País. A ocorrência de práticas neoprotecionistas em economias mais avançadas limita parcerias fora da região. De toda forma, busca-se explorar espaço para ampliar a presença do país nas regiões que continuam a apresentar dinamismo, como a Ásia-Pacífico.

As taxas de crescimento econômico, num quadro de média inflação anual, situam-se em torno de 6,7% ao ano após 2006 (contra 4,6% até 2005). O PIB, que era de US\$ 1.120 bilhões, salta 49% em sete anos, atingindo US\$ 2.950 bilhões, como resultado do aumento do mercado consumidor interno e da conquista de espaços no comércio internacional. Além disso, para manter sua dinâmica, esse cenário depende fortemente de fontes externas para complementar a poupança nacional.

As taxas médias de crescimento e a baixa expansão demográfica elevam a renda per capita de US\$ 6.400, registrada em 2005, para valor próximo a US\$ 14.950, em 2020. O país situa-se entre as 12 maiores economias mundiais, decaindo de posição em relação à situação de 1996.

O longo tempo de maturação para os investimentos na área educacional faz com que, apesar de conquistas permanentes, sejam lentos os resultados de formação de recursos humanos. O desempenho científico e tecnológico é apenas moderado, embora contínuo. Ainda assim, introduzem-se inovações em atividades dinâmicas com ganhos de produtividade e qualidade — revertendo o quadro de baixa qualificação que perdura até 2005 — com parcial domínio de conhecimentos técnico-científicos do estado da arte mundial nos segmentos de interesse para o desenvolvimento econômico-social. Esses avanços consolidam a competitividade em alguns segmentos produtivos e a liderança no desenvolvimento de tecnologias em áreas como biomassa, médica e nutricional.

Até 2005, é implantada ampla reforma agrária, mediante nova equação de financiamento fiscal e desapropriações seletivas, com a redistribuição de terras para trabalhadores rurais e “sem terra” em vários pontos do Brasil, que conduzem à redução das tensões no campo e à diminuição da pressão migratória para as cidades.

A melhora do nível de distribuição da renda promove, aliada a políticas de geração de renda e emprego, e à própria consolidação da Reforma Agrária, uma redução nos índices de desemprego, de 5,6% para 5%, entre 2006 e 2020. A informalidade em postos de qualidade superior coexiste com ocupações formais, afetando positivamente a distribuição de renda da população, mesmo que acarrete menor ingresso para o governo.

A estrutura de distribuição de renda no Brasil está bastante desconcentrada em 2020, alcançando padrões sociais mais equitativos, devido ao efeito de políticas sociais específicas, iniciadas no fim do século, e dos ganhos do crescimento econômico, com índices bem superiores aos da evolução demográfica.

A demanda interna reprimida — explicada pelo aumento do poder de compra, níveis de emprego, ações redistributivistas e de reestruturação fundiária — influencia na diversificação das atividades dos setores econômicos, a indústria de

consumo de massa, a de bens duráveis, a de prestação de serviços sociais básicos, e a produção agrícola, em 2005. A inserção mundial dá-se em alguns nichos de mercado — destaque para matérias-primas processadas, alimentos, bens de consumo de uso difundido, turismo e agribusiness. Após 2006, a indústria mantém sua posição e o setor de serviços amplia seu peso na geração de emprego e de renda. A produção agrícola, mesmo expressiva para a competitividade mundial do país, experimenta leve declínio de participação no PIB.

No setor energético, a desconcentração de renda promove a ampliação paulatina da demanda até 2005, quando surgem problemas de abastecimento, motivados pelos limitados investimentos pretéritos na expansão da geração elétrica

Programas de conservação e racionalização, e de incentivo à auto-produção e à produção independente são implantados. Fontes alternativas de energia são incentivadas como a termoeletricidade a partir do carvão mineral e do gás natural. Após 2006, o perfil de produção e de consumo depende menos do petróleo e está mais diversificado, racionalizado e conservacionista. Fontes como a solar, a fotovoltaica, a eólica, e a biomássica, têm aplicações em pequenas comunidades isoladas, balizadas por princípios de sustentabilidade ambiental.

O gás natural consolida sua posição na matriz energética, tanto na geração de eletricidade como na indústria e nos transportes. Em energia nuclear, Angra I, II e III são concluídas e mais uma usina amplia a geração de eletricidade. Em 2020, verifica-se melhoria significativa dos indicadores sociais e da qualidade de vida da população brasileira, com índice de pobreza chegando a 4% da população, contra 12,6% em 1996. A oferta de infra-estrutura social é satisfatória, auxiliada pelo baixo crescimento demográfico que reduz a pressão da demanda social.

Em 2005, o quadro de concentração econômica no território nacional, com forte predomínio das regiões Sul e Sudeste no PIB, começa a ser alterado com políticas de redução dos desequilíbrios sociais e regionais iniciadas. São observadas alterações no desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A implantação de eixos viários e das hidrovias dos rios Araguaia e Tocantins, eleva a participação da Região Centro-Oeste na economia, destacando-se o agribusiness, e amplia os reflexos de seu desenvolvimento para a região Pré-Amazônica. Na Região Norte, consolida-se o corredor do Rio Madeira e são completadas as ligações até a fronteira oeste, o que facilita e intensifica a sua integração aos países sul-americanos e dinamiza as regiões de fronteira e adjacentes.

Esses fatores e os investimentos, governamentais e privados, na potencialização das vocações regionais, somados à queda relativa do ritmo de crescimento das Regiões Sul e Sudeste, a partir de 2006, permitem a redução das desigualdades regionais e da concentração espacial da estrutura produtiva. A Região Nordeste é impulsionada pelo turismo, pelos investimentos na Hidrovia do Rio São Francisco e nos elos intermodais que a complementam, possibilitando exportações para o mercado interno e para o MERCOSUL. A agricultura e a agroindústria ocupam um Centro-Oeste com vantagens logísticas benéficas à competitividade interna e externa.

A melhoria de distribuição da riqueza nacional, até 2005, inverte o sentido

dos fluxos migratórios, agora da Região Sudeste para a Nordeste. Após essa data, esses fluxos reduzem-se e são direcionados para novas oportunidades no Centro-Oeste, Norte e, ainda, na própria Região Nordeste. A taxa de urbanização, (82% em 2005) é 86,3% em 2020. Mantém-se, desde o final do século, a tendência de desconcentração metropolitana e de formação de grandes núcleos urbanos de porte médio, integrados mesorregionalmente, impulsionados pelo processo de integração regional do País. São Paulo e Rio de Janeiro experimentam sensível desconcentração populacional e industrial com a emigração dos fatores de produção para outras regiões, possibilitando melhoria da qualidade de vida urbana

No meio ambiente, as pressões verificadas até 2005, com a expansão da economia, são minimizadas com as novas tecnologias e mecanismos de gestão e manejo incorporados ao sistema produtivo. Há, até 2020, intenso envolvimento das administrações municipais, das comunidades e de organizações não-governamentais na formulação de políticas ambientais e no controle do uso dos recursos naturais. O setor produtivo adota conduta pró-ativa na promoção e no controle ambientais, mantendo em níveis satisfatórios a conservação dos ecossistemas brasileiros. Na Amazônia, são otimizadas ações de vigilância naval, aérea e terrestre com a implantação do sistema de segurança e de telecomunicações, o que propicia maior proteção do patrimônio econômico-ecológico, minimiza ações ilegais e dá suporte ao sistema de infra-estrutura da região.

C - CENÁRIO CAAETÊ

Sinopse dos principais indicadores em 2020

- Economia Estagnada a Longo Prazo
- Instabilidade e Desorganização Político-Institucional
- Taxa Média de Crescimento Anual da Economia (1996-2020) = 2,9%
- PIB = US\$ 1.480 bilhões
- Renda Per Capita = US\$ 7.500
- Taxa de Investimento = 19,0%
- Alta Inflação Anual
- Concentração de Renda
- Recursos Públicos Pulverizados
- Abertura Comercial Limitada — Protecionismo
- Total do Comércio Exterior = US\$ 240 bilhões
- Defasagem Tecnológica
- Baixa Competitividade
- Diversificação Limitada da Estrutura Produtiva
- Pobreza = 14% da população
- Desemprego = 8% da PEA
- Alta Concentração Espacial da Produção
- Degradação Ambiental

(Renda Per Capita próxima aos valores apresentados pela Argentina hoje)

No Cenário Caaetê, tem continuidade o processo de reformas estruturais em curso, mas a lenta e desigual maturação das iniciativas políticas cria dificuldades para a retomada dos investimentos e do crescimento da economia. Na primeira década do novo milênio, eclode um quadro internacional marcado pelo recrudescimento do protecionismo, com fechamento dos principais mercados, e pela fragmentação sistêmica, com exclusão dos países em desenvolvimento. As instituições internacionais perdem legitimidade e poder regulador, gerando instabilidade no comércio mundial, com cada país enfrentando a crise econômica e política por meio de medidas unilaterais.

O Brasil perde espaço no mercado mundial e torna-se mais fechado, sem poder contar com fatores externos que o ajudem a propulsionar seu crescimento econômico. A partir de 2006, o cenário internacional apresenta rupturas acentuadas no processo de globalização com o surgimento de posturas unilateralistas e regressão da autoridade de instâncias multilaterais como a OMC. Em consequência dos graves desequilíbrios comerciais e financeiros no campo externo e da lentidão da implementação das reformas estruturais, o Brasil experimenta estagnação dos avanços, já limitados, alcançados até 2005.

A não-concretização plena das reformas estruturais, até 2005, resulta em um quadro de impasses nas condições de governança e governabilidade, necessárias para fazer face à crise externa. Com isso, a capacidade de gestão nos campos econômico e social fica sensivelmente prejudicada. A formulação e a implementação de políticas públicas são dificultadas pelo baixo nível de consenso entre os diversos setores da sociedade. Assim, a trajetória na segunda década do novo século apresenta-se de forma errática na busca de alternativas para solução dos impasses internos e externos. Agravam-se as condições sócio-econômicas gerais e ingressa-se em um ciclo paulatinamente descendente em termos de desempenho econômico. A economia brasileira registra taxa média de crescimento de 2,5% e PIB de US\$ 1.480 bilhões em 2020, contra um crescimento de 3,6% e PIB de US\$ 1.020 bilhões em 2005. A renda per capita atinge US\$ 7.500, em 2020, apenas 28% superior à de 2005.

Nessas condições, o Brasil tem baixa estabilidade econômica. A taxa de investimento da economia é de 19% — aparentemente elevada, porém pouco expressiva devido ao baixo valor do PIB. A acumulação privada é limitada em virtude da indisposição do empresariado em investir no País. Esse contexto inibe a entrada de capital externo, agravando a escassez de recursos para investimentos produtivos na economia.

A contínua deterioração da base econômica agrava as condições sociais. Crescem as tendências corporativistas da sociedade, o que prejudica a articulação de soluções solidárias e participativas para os graves problemas do País

Não se registram mudanças relevantes na estrutura produtiva, no período cenarizado. Mantém-se a distribuição setorial com algum crescimento do terciário, que apresenta heterogeneidade crescente, contrastando atividades geradoras de renda — como o turismo — com outras de inexpressiva produtividade. O fraco desempenho das exportações e importações explica, em parte, o baixo crescimento econômico, ao lado do generalizado protecionismo em escala mundial e interno, o que acarreta níveis modestos de investimento externo.

No final da segunda década do Século XXI, o recrudescimento do protecionismo no comércio mundial agrava a já limitada capacidade competitiva da economia brasileira pelo insuficiente padrão de modernização de sua infra-estrutura. Como consequência, o grau de abertura externa da economia continua limitado, cerca de 16,5%, contra 15% em 2005. Esse quadro protecionista também reflete negativamente no processo de integração do MERCOSUL, nas alternativas de cooperação e integração regional e no crédito de instâncias multilaterais como a OMC.

O ritmo lento de crescimento econômico traduz-se em poucas alterações na estrutura básica de energia. A demanda energética acompanha o baixo ritmo das taxas de crescimento da atividade econômica. Não se modificam os hábitos nem se incorporam ao mercado parcelas significativas da população. Em termos de oferta de energia, são baixos os investimentos na expansão das capacidades existentes. O petróleo, a hidroeletricidade e o álcool mantêm sua importância como fontes primárias. Em decorrência disso, verificam-se ameaças de desabastecimento em 2005.

Após 2006, novas adições à capacidade de geração de eletricidade dão-se a partir de centrais térmicas convencionais, de menor custo de investimento (gás natural, importado e nacional, e carvão mineral). O programa nuclear completa-se com Angra III. O potencial hídrico aproxima-se de seu esgotamento, excetuando-se o localizado na Região Amazônica, pouco utilizado por restrições ecológicas.

O protecionismo de certos países e as limitações econômicas internas, agravadas a partir de 2006, refletem-se na base tecnológica que se moderniza de forma muito tímida. As inovações são segmentadas e parciais, e atingem apenas alguns setores e ramos da economia, e a capacitação científica e tecnológica está defasada em relação às tendências mundiais. A atividade aeroespacial, assim como outras de natureza estratégica, encontra dificuldades de progresso. Satélites são construídos esporadicamente por instituições privadas e é relevante apenas a atividade de lançamentos que, pelo privilégio da localização de Alcântara, ainda é competitiva em termos de custos internacionais.

O contexto de reduzida modernização limita a produtividade do trabalho na economia brasileira, mantendo a relação produto-trabalho em níveis baixos, com a economia limitando a geração de empregos. O nível de desemprego de 6,7%, em 2005, eleva-se para 8% da PEA, sendo que a informalidade assume proporção significativa.

Os déficits sociais, que vinham sendo amenizados até 2005, não são resolvidos e a renda permanece concentrada, consequência da limitação do gasto público e do reduzido investimento do setor privado nos segmentos de baixo retorno. O índice de pobreza, que era em 2005 de 16,8%, ainda representa 14,3% da população em 2020. A baixa qualidade de vida agrava as tensões sociais. Da mesma forma, os níveis de escolaridade e de formação de recursos humanos são muito deficientes.

Como consequência, o mercado interno é restrito e dualista, com permanência tanto de consumo sofisticado como de demanda por produtos de menor qualidade. Com a falta de investimentos de vulto, reforça-se, em 2020, a alta concentração regional da estrutura produtiva, as regiões Sul e Sudeste apresentando desempenho

econômico bastante superior à média nacional, porque têm mais condições de proteger-se da crise e de sustentar posições alcançadas. As regiões Norte e Nordeste não conseguem melhorar sua participação na renda nacional nem seus indicadores sociais, abrigando alto percentual da população pobre do País. A Região Centro-Oeste sofre os reflexos da precariedade de sua malha viária, não conseguindo modificar sua posição relativa na economia nacional. Intensifica-se o movimento migratório, observado já na cena de partida, das populações mais pobres rumo às grandes aglomerações metropolitanas, em busca de melhores condições de vida.

A taxa de urbanização, que se eleva de 82%, em 2005, para 86,3% em 2020, somada à ausência de atuação efetiva no sentido de reequipar as cidades e minorar as carências básicas dos cidadãos, em especial nas grandes metrópoles, leva à queda da qualidade de vida urbana. A desagregação social amplia-se, tornando os grandes centros urbanos inabitáveis.

Há efetivo comprometimento da capacidade do Estado de garantir os direitos individuais do cidadão. A corrupção estende-se sobre a sociedade e sobre o aparelho da segurança pública. A violência e a sensação de desproteção e impunidade irradiam um padrão ético inadequado em todos os setores da vida nacional. A ausência do poder público na periferia das grandes cidades, conjugada à ascendente banalização dos direitos humanos, culmina com a proliferação de grupos do crime organizado. A articulação entre o Estado e a sociedade é reduzida ou inexistente. Predominam as formas tradicionais de exploração da natureza com baixa inovação tecnológica, acarretando uma elevação nos níveis de degradação ambiental no País.

Variável	Abatiapê	Baboré	Caeté
Taxas de Crescimento 1996 - 2005			
PIB	6,1	4,6	3,5
PIB <i>per capita</i>	4,8	3,3	2,3
Consumo Privado	5,8	4,6	4,2
Consumo de Governo	3,7	2,5	-1,2
Consumo total	5,4	4,2	3,3
Investimento	8,3	6,1	3,9
Exportações	9,1	7,0	5,3
Importações	7,8	5,6	4,5
Valores em 2005 (bilhões de US\$ de 1995)			
PIB	1.277	1.118	1.021
PIB <i>per capita</i> (em US\$ de 1995)	7.305	6.398	5.840
Consumo Total	1.022	917	852
Investimento	268	224	185
Exportações	106	88	76
Importações	102	85	77
Saldo Comercial	4	3	-1
Serviços Não-Fatores	-17	-25	-15
Saldo comercial + Serviços Não-Fatores (*)	-13	-22	-16
Participação no PIB (%)			
Agropecuária	10,9	10,9	10,9
Indústria	30,9	30,9	30,9
Serviços	58,2	58,2	58,2
Consumo Total	80,0	82,0	83,4
Investimento	21,0	20,0	18,1
Exportações + Importações (grau de abertura)	16,3	15,4	15,0
Em milhares de pessoas			
População	174.800	174.800	174.800
PEA	92.900	92.900	92.900
Desempregados	5.600	5.200	6.250
Subempregados	11.000	10.200	11.350
Pobres	24.100	22.050	29.350
Em taxas percentuais			
Taxa de Urbanização	82,0	82,0	82,0
PEA/População	53,0	53,0	53,0
Desempregados/PEA	6,0	5,6	6,7
Subempregados/PEA	11,9	11,0	12,2
Desempregados + Subempregados/PEA	17,9	16,6	18,9
Pobres/População	13,8	12,6	16,8

RESUMO

CENÁRIOS BRASIL 2020

(Continuação dos “Cenários Mundiais” do Projeto Brasil 2020 publicados na edição anterior de “Parcerias Estratégicas” (volume 1, número 3, junho de 1997). Os “Cenários Exploratórios Brasil 2020” são hipotéticos e visam a subsidiar um amplo debate que possibilite a elaboração de um cenário desejado pela sociedade do País. Os três cenários que se seguem propõem contextos possíveis considerando: “Paradigmas Políticos/Nova Ordem Internacional”; “Globalização da Produção”; “Regulamentação do Comércio Mundial”; “Governança e Governabilidade”; “Grau de Estabilidade Econômica”; “Investimento Produtivo Privado”; “Investimentos e Gastos Governamentais”; “Capacidade Competitiva, Setor Produtivo e Abertura da Economia”; “Ritmo de Crescimento da Economia”; “Mercado de Trabalho e Emprego”; “Mercado Interno”; “Distribuição Espacial da Produção”; e, “Gestão e Manejo de Recursos Naturais”.

ABSTRACT

SCENARIOS BRAZIL 2020

(In sequence of “World Scenarios” of Project Brazil 2020, as published in “Parcerias Estratégicas”, volume 1, number 3, June 1997) The “Exploratory Scenarios Brazil 2020” are hypothetical and intend to offer subsidies for a wide debate which may produce the scenario wanted by the Brazilian society. The following three scenarios propose possible contexts considering: “Political Paradigms/ New International Order”; “Globalization of Production”; “Controlling International Trade”; “Governance and Governability”; “Level of Economic Stability”; “Private Productive Investment”; “Investment and Government Expenditure”; “Capacity for Competition, Productive Sector and Open Economy”; “Pace of Economic Growth”; “Labour Market and Employment”; “Domestic Market”; “Spatial Distribution of Production”; and, “Management of Natural Resources”.